

Termos de Referência

Programa Viva Bem Joinville – Sustentabilidade Urbana, Resiliência
Territorial e Inclusão Social

**Elaboração do Marco de Gestão Ambiental e Social (MGAS) e do
Marco de Política de Reassentamento (MPR)**

**Treinamento sobre as Normas Ambientais e Sociais do Banco
Mundial**

Versão provisória- Julho de 2025

Siglas e abreviações

Sigla	Significado
AFD	Agência Francesa de Desenvolvimento
APA	Área de Proteção Ambiental
APP	Área de Proteção Permanente
A&S	Ambiental e Social
AT	Assistência Técnica
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAJ	Companhia Águas de Joinville
COFIE	Comissão de Financiamentos Externos
COMDEMA	Conselho Municipal do Meio Ambiente
CMDM	Conselho Municipal dos Direitos da Mulher
FMAS	Fundo Municipal de Assistência Municipal
HIS	Habitação de Interesse Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
MGAS	Marco de Gestão Ambiental e Social
MPR	Marco de Política de Reassentamento
NAS	Norma Ambiental e Social
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAP	Pessoas Afetadas pelo Programa
PAR	Plano de Ação de Reassentamento
PDDU	Plano Diretor de Drenagem Urbana
PMJ	Prefeitura Municipal de Joinville
PMGRD	Plano Municipal de Gestão de Riscos e Desastres
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SAMA	Secretaria de Meio Ambiente
SAP	Secretaria de Administração e Planejamento
SAS	Secretaria de Assistência Social
SEHAB	Secretaria de Habitação
SEINFRA	Secretaria de Infraestrutura
SEPUR	Secretaria de Pesquisa e Planejamento Urbano
SGAS	Sistema de Gestão Ambiental e Social
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UCP	Unidade de Coordenação de Programa
TR	Tempo de Retorno

SUMÁRIO

1.	Contexto	1
1.1.	Intervenção da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) no Brasil	1
1.1.1.	O Grupo AFD	1
1.1.2.	A atualização do Grupo AFD no Brasil	1
1.2.	Contexto geral da prestação	1
1.3.	Principais desafios urbanos	3
2.	Programa “Viva Bem Joinville”	5
2.1.	Apresentação e Objetivos	5
2.2.	Componentes	6
2.3.	Organização institucional do Programa	7
2.4.	Calendário de preparação	7
2.5.	Estudos técnicos do Programa	8
3.	Projetos relevantes em curso	8
3.1.	Planejamento municipal	8
3.2.	Drenagem urbana	9
3.3.	Outros projetos	10
4.	Gestão social e ambiental	10
4.1.	Política ambiental	10
4.2.	Política social	10
4.3.	Ação municipal em termos de gênero	11
5.	Serviços	11
5.1.	Objetivo geral	11
5.2.	Escopo dos serviços	12
5.2.1.	Treinamento sobre as Normas Ambientais e Sociais do Banco Mundial	12
5.2.2.	Marco de Gestão Ambiental e Social (MGAS)	13
5.2.3.	Marco de Política de Reassentamento (MPR)	14
5.3.	Modalidades de realização da prestação	16
5.3.1.	Metodologia e modalidades de pilotagem	16
5.3.2.	Calendário de entrega dos produtos	16
5.3.3.	Dimensionamento da prestação	18
5.3.4.	Pagamento	18
5.4.	Modalidades de implementação e supervisão	18
5.5.	Qualificações e experiência exigidas	18
5.6.	Anexos e documentação disponíveis para a prestação	20

Anexo 1: Conteúdo do Marco de Gestão Ambiental e Social 21

Anexo 2 Conteúdo do MPR 25

1. CONTEXTO

1.1. Intervenção da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) no Brasil

1.1.1. O Grupo AFD

Estabelecimento público central do dispositivo francês de cooperação, a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) atua há oitenta anos para combater a pobreza e favorecer o desenvolvimento nos países do Sul. Agente central da política de desenvolvimento francesa e banco de desenvolvimento público e solidário, a Agência tem por missão acompanhar os parceiros da França na via deste mundo em comum, dando prioridade à luta contra as alterações climáticas e a pobreza. Apoia os Estados, as empresas públicas, as coletividades locais e as ONG e cria com eles sinergias para catalisar, fertilizar e difundir soluções inovadoras ao serviço das populações. Atua em muitos setores (energia, saúde, biodiversidade, água, urbanismo, formação) e oferece uma ampla gama de serviços financeiros e não financeiros. Graças à sua rede de investigadores e peritos, participa também no diálogo sobre as políticas públicas, partilha o seu know-how e sensibiliza para os desafios do desenvolvimento e da solidariedade internacional.

A AFD está sujeita à lei bancária como sociedade de financiamento. Através de subvenções, empréstimos e fundos de garantia, financia projetos, programas e estudos que apoiam um crescimento econômico mais sustentável e partilhado, melhoram as condições de vida dos mais pobres, contribuem para a preservação do planeta e ajudam a estabilizar os países frágeis ou em saída de crises. Acompanha também os seus parceiros do Sul no reforço das suas capacidades.

O grupo AFD reúne a AFD, sua filial Proparco dedicada ao financiamento dos atores do setor privado, bem como a agência interministerial de cooperação técnica Expertise France.

1.1.2. A atuação do Grupo AFD no Brasil

Ativa na América Latina desde 2007, a AFD atua no Brasil para promover um modelo de desenvolvimento sustentável e solidário, sendo a preservação do clima e a inclusão social os marcos estruturantes da sua atuação na região. No Brasil, atua para melhorar a qualidade de vida das populações e incentivar o desenvolvimento de cidades sustentáveis, resilientes às mudanças climáticas e solidárias. A partir da Direção Regional Brasil-Cone Sul, sediada em Brasília, a AFD privilegia uma abordagem de parceria que reúne os atores brasileiros e franceses sobre temas de interesse comum. Os seus modos de atuação são múltiplos no âmbito de uma abordagem de grupo bem sucedida: financiamento de projetos junto de diversos atores (União, estados federados, municípios, instituições financeiras e empresas públicas) em apoio às políticas públicas (AFD) ; apoio ao desenvolvimento do sector privado e das infraestruturas (Proparco) e mobilização de conhecimentos técnicos (Expertise France).

1.2. Contexto geral da prestação

A cidade de Joinville está localizada no estado de Santa Catarina, região Sul do Brasil. Situa-se no litoral Norte do estado e confronta-se a Leste com a Baía da Babitonga e a Oeste com as montanhas da Serra do Mar.

Joinville é a maior cidade catarinense, com população estimada em 616.323 habitantes (IBGE, 2022), e ocupa uma área total de 1.124 km², com área urbana de 210 km², dividida em 2 distritos e 43 bairros urbanos. Concentra grande parte da atividade econômica na indústria, sendo polo industrial da região Sul, com

destaque para os setores metalmeccânico, têxtil, plástico, metalúrgico, químico e farmacêutico. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) é de 0,809 (PNUD, 2021) refletindo sua prosperidade. No entanto, apesar do dinamismo econômico, Joinville enfrenta desafios típicos de grandes centros urbanos com expansão desordenada. Entre os principais problemas a serem destacados aqui, estão a **impermeabilização do solo e as inundações, a ocupação e a degradação de áreas ambientalmente sensíveis, a carência de moradia social, a falta de mobilidade urbana eficiente e a insuficiência de conforto nos espaços públicos**.

Localizada na região costeira de Santa Catarina, Joinville foi fundada em 1851 e se desenvolveu às margens do Rio Cachoeira, cuja bacia hidrográfica está situada em uma **região estuarina, totalmente inserida na área urbana e abrigando mais de 50% da população atual**. Principalmente entre as décadas de 1970 e 1980, a cidade experimentou um intenso fluxo migratório impulsionado pelo crescimento industrial, resultando em um aumento demográfico de cerca de 6% ao ano. Esse rápido desenvolvimento levou a uma **expansão urbana espalhada e desordenada, ocupando áreas ambientalmente vulneráveis, como margens de rios sujeitas a inundações, encostas de morros e regiões de manguezais**. Como consequência, surgiram problemas ambientais e a **formação de periferias com condições de vida precárias**.

A cidade está localizada em uma planície de baixa altitude, cercada pela **Mata Atlântica** da Serra do Mar e cortada por uma **densa e complexa rede hídrica**, que compreende a Baía da Babitonga, a Lagoa do Saguacu e várias bacias hidrográficas, sendo a principal a do Rio Cachoeira, **extremamente capilarizada, e fortemente influenciada pelas marés** devido à sua conexão com o estuário da Baía da Babitonga. Esse **ecossistema é um importante patrimônio ambiental, abrigando cerca de 75% dos manguezais do estado**.



No entanto, essa mesma riqueza natural também impõe desafios ambientais, sociais e de infraestrutura que precisam ser superados para garantir um desenvolvimento urbano mais equilibrado e sustentável. O Município também é pontilhado de morros que condicionam sua morfologia urbana, em sua maioria não urbanizados, pois as regras de planejamento urbano limitam as possibilidades de construção para áreas com cota acima de 40 m, classificadas como Áreas Urbanas de Proteção Ambiental.

Nos últimos anos, o impacto das mudanças climáticas tem se tornado cada vez mais evidente, com o **aumento da precipitação e da frequência de eventos extremos**. Esse cenário agrava as condições dessa região que já possui alta pluviosidade e densidade de corpos hídricos, afetando diretamente a população

mais vulnerável, que ocupa áreas irregulares e de preservação ambiental. Estudos recentes mostram que, em Joinville, a precipitação aumentou cerca de 7% na última década, reforçando a posição da cidade como uma das mais chuvosas do estado.

Nesse contexto, os **assentamentos informais tornam-se ainda mais suscetíveis a desastres ambientais**, como inundações e deslizamentos de terra, já que, em sua maioria, ocupam áreas ambientalmente frágeis. A falta de infraestrutura básica, a urbanização descontrolada, o uso inadequado do solo e a crescente recorrência de eventos climáticos extremos intensificam os riscos para essa população, que carece de assistência adequada.

1.3. Principais desafios urbanos

No contexto apresentado evidenciam-se três problemáticas:

1. Assentamentos informais em áreas de vulnerabilidade ambiental

Destacam-se 2 áreas que necessitam de urbanização para recuperação ambiental, em virtude da ocupação irregular por população em situação de vulnerabilidade:

- i. **Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Ilha do Morro do Amaral**, a sudeste), teve ocupação intensificada a partir da década de 90 e à revelia das fiscalizações dos órgãos ambientais competentes, até a homologação do seu Plano de Manejo em 2024. Na Unidade de Conservação (UC) há presença de moradias com núcleos populacionais consolidados, com população residente estimada em 1.266 hab (2022). A área consolidada carece de urbanização com infraestrutura essencial, bem como a necessidade de realocação de aproximadamente 50 famílias que ocupam porções ambientalmente inapropriadas da UC, com áreas de risco geológico (deslizamento da encosta).



RDS Ilha Morro de Amaral – Ocupação de encostas

- ii. **Comunidade Machado**, a sudoeste do perímetro urbano (bairro Morro do Meio) é uma ocupação espontânea de terras públicas onde os terrenos foram parcialmente aterrados com entulhos da construção civil e o acesso se limita a ruas estreitas. Estima-se cerca de 140 casas dispostas de forma desorganizada em terrenos voltados para caminhos/servidões, sem infraestrutura mínima (água, energia e esgoto lançado no rio), sendo a maioria construída com madeira de reaproveitamento e em péssimas condições. A área sofre com inundações severas por estar às margens do rio Piraízinho, necessitando de abrigos da Defesa Civil e atendimento social.



Comunidade Machado – Acessos as casas

lii. Habitação de Interesse Social (HIS) Lagoinha III, no bairro Morro do meio, sendo implantado em lote público destinado à construção de 250 unidades habitacionais com moradias integradas e tipologia diversificada, localizadas na zona Oeste do município, a serem disponibilizadas às famílias realocadas da área de urbanização Comunidade Machado. O empreendimento encontra-se a menos de 1km de equipamentos de educação, lazer, esporte, saúde, cultura, além de assistência social.



2. Degradação ambiental e inundações no Rio Cachoeira

Inserida na área urbana e onde reside a maioria da população, a bacia do rio Cachoeira foi diretamente impactada pela expansão desenfreada, impermeabilização do solo, ocupação de áreas ambientalmente frágeis e deposição de sedimentos causada por características naturais e ações antrópicas.

Além da forte urbanização ao longo do seu leito, o rio Cachoeira possui muitos afluentes, áreas de baixas declividades e foz em região estuarina, estando sob forte influência de maré e ocorrência frequente de inundações que se prolongam por quase toda a extensão do rio.

A situação se agrava quando combinada com alta precipitação, cujas inundações atingem a região central e histórica onde estão instalados equipamentos públicos importantes e principais vias da cidade, causando muitos impactos ao transporte coletivo e particular, limitando a atividade de escolas, comércios e serviços, gerando prejuízos econômicos, ambientais e sociais.

Destaca-se que nos últimos anos, investimentos no tratamento de efluentes domésticos e industriais vêm melhorando as condições ambientais do rio, mas ainda há necessidade de grandes investimentos na mitigação de inundações. O Plano Diretor de Drenagem Urbana da Bacia do Cachoeira (PDDU 2011) já indicava que 91% dos dispositivos de drenagem não suportam vazão de precipitação de TR 5 anos. Além de restrições na capacidade da calha e dos dispositivos existentes, constata-se problemas relacionados à impermeabilização no entorno do rio e falta de áreas verdes que possam contribuir na absorção das águas pluviais, má conservação das margens, assoreamento e obstruções que restringem o escoamento das águas durante eventos chuvosos de maior intensidade, os quais têm se tornado cada vez mais frequentes e intensos.

3. Carência de instrumentos de planejamento

O cenário atual vem demonstrando a necessidade de investir na elaboração de planos específicos para implementar medidas de redução da vulnerabilidade humana e dos sistemas naturais, e planos que norteiem o desenvolvimento de políticas que tratem de temas importantes como as [mudanças climáticas](#), [habitação](#) e a [igualdade de gênero](#).

2. PROGRAMA “VIVA BEM JOINVILLE”

2.1. Apresentação e Objetivos

Para enfrentar os desafios apresentados acima, a PMJ desenvolveu o Programa “Viva Bem Joinville”, e formalizou uma solicitação de financiamento da AFD através da elaboração de uma Carta Consulta validada pela COFEX no mês de junho de 2025.

O Programa Viva Bem Joinville tem como objetivo principal fomentar o [desenvolvimento urbano sustentável](#) por meio de iniciativas que buscam a preservação ambiental, a recuperação de ecossistemas e a inclusão social, visando [promover a sustentabilidade da cidade](#), [diminuir as desigualdades socioeconômicas](#) e [aumentar a resiliência](#) do município diante dos desafios das mudanças climáticas.

A proposta implica :

- Criar um meio ambiente ordenado, juridicamente seguro, equilibrado e sustentável nas áreas de assentamentos informais, por meio de ações, obras e serviços visando superar as condições precárias de habitação e degradação ambiental das comunidades.
- Conceder moradia digna em local ambientalmente seguro para as famílias localizadas em porções inundáveis ou em risco de deslizamento no interior das áreas de intervenção.
- Recuperar áreas de vulnerabilidade e preservação ambiental ocupadas indevidamente por assentamentos informais.
- Estabelecer diretrizes, metas e investimentos para orientar o desenvolvimento habitacional que considere a preservação ambiental, diversidade sociocultural e a prioridade dos segmentos sociais mais vulneráveis.
- Reduzir as áreas de inundação e melhorar o sistema de drenagem a partir da execução do Parque Linear Porto Cachoeira, com adoção de Soluções Baseadas na Natureza (SBN), consolidando o conceito da drenagem sustentável no município.
- Criar espaços verdes com arborização urbana ao longo do rio Cachoeira, ofertando à população novas áreas de lazer, recreação e contemplação da natureza, contribuindo com a conscientização ambiental, redução das ilhas de calor urbanas e o resgate da importância ambiental, social e histórica do rio Cachoeira para a população de Joinville.

- Aumentar a biodiversidade e restaurar a função ecológica do rio Cachoeira com a preservação das nascentes, manejo das espécies vegetais, preservação dos recursos hídricos e plantio de espécies nativas atrativas de fauna.

As ações previstas no Programa estão destacadas no Plano Plurianual (PPA) e LOA 2025 do município. Em particular, o Programa “Viva Bem Joinville” prevê as ações seguintes:

- **Recuperação Socioambiental de Áreas Vulneráveis da Comunidade Machado e RDS Ilha Morro de Amaral**
 - Urbanização e regularização fundiária das áreas afetadas
 - Construção de moradias sociais em áreas dotadas de infraestrutura urbana
 - Realocação da população que ocupa áreas irregulares, em risco de inundações e deslizamentos,
 - Recuperação ambiental das áreas ocupadas
- **Requalificação Ambiental na BH do Rio Cachoeira e Mitigação de Inundações**
 - Extensão de 14km do Parque Linear Porto Cachoeira ao longo do rio, com uso de SbN conceito baseado em 4 pilares: Rio Azul, Rio Verde, Rio Acolhedor e Rio Conectado
 - Desassoreamento do Rio Cachoeira
- **Planejamento Municipal**

2.2. Componentes

O Programa “Viva Bem Joinville” está organizado em torno de 6 componentes, conforme a seguinte tabela.

Componente (C) e subcomponente (S)	Valor estimado em Euro (EUR)
C1. ESTUDOS E PROJETOS PARA RECUPERAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DE ÁREAS VULNERÁVEIS	1.281.944,00
S1. Elaboração dos estudos e projetos para promover a regularização fundiária da Comunidade Machado	
S2. Elaboração dos estudos e projetos para 364 unidades Habitacionais de Interesse Social (SIS) sustentáveis localizadas na Ilha Morro de Amaral (50 HIS), no Bairro Morro de Meio (64 HIS) e Lagoinha III (250 HIS) zona Oeste do município	
S3. Projeto e execução de recuperação ambiental da zona de adequação ambiental da RDS Ilha Morro de Amaral, e de preservação de Fundo de Vale Morro de Meio (Comunidade Machado)	
C2. RECUPERAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DE ÁREAS VULNERÁVEIS	19.586.448,00
S1. Urbanização de assentamentos informais na RDS Ilha Morro de Amaral, e na Comunidade Machado	
S2. Execução dos empreendimentos habitacionais	
C3. ESTUDOS E PROJETOS PARA REQUALIFICAÇÃO AMBIENTAL, MITIGAÇÃO DE INUNDAÇÕES E MELHORIAS URBANÍSTICAS SUSTENTÁVEIS	5.177.299,00
Estudos e Projetos para o Parque Linear Porto Cachoeira e desassoreamento do Rio Cachoeira	
C4. REQUALIFICAÇÃO AMBIENTAL, MITIGAÇÃO DE INUNDAÇÕES E MELHORIAS URBANÍSTICAS SUSTENTÁVEIS (Obras)	43.283.450,00
Obras do Parque Linear Porto Cachoeira	
C5. PLANEJAMENTO MUNICIPAL	1.381.289,00
Plano Municipal de Mudanças Climáticas e Resiliência Territorial	
Plano Municipal de Habitação	
Plano de Ação de Gênero	
C6. GESTÃO E SUPERVISÃO DO PROGRAMA	539.570,00
Apoio Técnico à Unidade de Coordenação do Programa	
Fortalecimento Operacional da Unidade de Coordenação do Programa (UCP) e Unidades Envolvidas (Secretarias)	
Supervisão Técnica, Ambiental e Social das Obras	

2.3. Organização institucional do Programa

O arranjo institucional do Programa contará com três níveis de decisão: a) estratégico, b) de coordenação, gestão e execução e c) de apoio e acompanhamento à execução técnica e administrativa.

O **nível estratégico** será de responsabilidade da Secretaria de Administração e Planejamento (SAP), que é a esfera responsável pelas decisões macro do Programa e pelo seu monitoramento e acompanhamento, bem como interlocução com o órgão financiador.

O **nível de coordenação, gestão e execução** é de responsabilidade dos principais órgãos da administração direta do município sobre o Programa que são a Secretaria de Administração e Planejamento (SAP), Secretaria da Habitação (SEHAB), Secretaria de Pesquisa e Planejamento urbano (SEPUR) e Secretaria de Infraestrutura Urbana (SEINFRA). A SAP será a responsável pela gestão da Operação de Crédito Externo proposta, não havendo repasse de recursos entre as demais secretarias envolvidas. O planejamento e a organização do Programa serão conduzidos pela Unidade de Coordenação de Projetos (UCP) vinculada à SAP, conforme Decreto 30.953/2018 (Anexo 8 da CC), juntamente com as equipes de apoio designadas pela SEHAB, SEPUR e SEINFRA que serão criadas para o Programa.

As secretarias SEHAB, SEPUR e SEINFRA, por sua vez, serão responsáveis pela supervisão, fiscalização e execução das ações propostas, visando garantir sua efetivação.

No que diz respeito ao Parque Linear Porto Cachoeira, a Secretaria de Pesquisa e Planejamento (SEPUR) acompanhará os projetos do Programa, enquanto a Secretaria de Infraestrutura Urbana (SEINFRA) ficará responsável pelo acompanhamento das obras. Após a implantação das obras do Programa, a conservação e a manutenção do Parque Linear ficarão a cargo da Secretaria de Infraestrutura e da Secretaria de Cultura e Turismo, responsável pela gestão e manutenção cuidado de áreas públicas, como parques, praças, áreas de lazer e seus respectivos equipamentos. Já a manutenção de obras e serviços de infraestrutura urbana, como a drenagem pluvial, pavimentação e outros, a responsabilidade é da SEINFRA.

A Secretaria de Habitação (SEHAB) será responsável por acompanhar as urbanizações, as regularizações fundiárias, os projetos e obras dos componentes C1 e C2 e, juntamente com a Secretaria de Assistência Social (SAS) serão responsáveis pela distribuição das HIS e pelo acompanhamento das famílias.

No **nível de apoio e acompanhamento à execução técnica e administrativa** a SEHAB, SEPUR, SEINFRA e a SAP serão responsáveis por articular outras Secretarias da Prefeitura, como a Secretaria de Governo (SEGOV), Secretaria de Assistência Social (SAS), Secretaria de Meio Ambiente (SAMA), Procuradoria-Geral do Município (PGM), Secretaria de Comunicação (SECOM), Secretaria da Fazenda (SEFAZ), Companhia Águas de Joinville (CAJ) e Secretaria de Proteção Civil (SEPROT) no âmbito de ações específicas de cada Secretaria.

A SAP, por intermédio da UCP, será responsável por assegurar o cumprimento das diretrizes operacionais e financeiras da AFD, utilizando sua experiência prévia na execução de projetos internacionais e colaborando com as estruturas permanentes da Prefeitura de Joinville.

2.4. Calendário de preparação

A proposta de financiamento ao Programa “Viva Bem Joinville” está atualmente em fase de avaliação pela AFD. Os principais marcos até a assinatura do contrato de financiamento são:

- Novembro de 2025 a Fevereiro de 2026: Realização dos estudos e diligências necessárias à avaliação do programa
- Janeiro de 2026: Missão de avaliação da AFD a Joinville
- T1 de 2026: Avaliação da proposta de financiamento pelo Comitê de Crédito da AFD
- T2 de 2026: Avaliação final da proposta pelo Board da AFD

- 2026: Trâmite interno dos órgãos do governo federal brasileiro, negociação do contrato e assinatura do contrato de financiamento

Esse cronograma indicativo poderá ser atualizado e acelerado no início do presente serviço para se adaptar as exigências de início previsto das obras e garantir a assinatura do contrato de financiamento em 2026.

2.5. Estudos técnicos do Programa

A PMJ iniciou a preparação do Programa com as ações seguintes :

- Projeto de regularização fundiária do Morro do Amaral
- Cadastramento prévio das famílias em situação de vulnerabilidade social a serem contempladas com as HIS remanescentes das realocações
- Estudos conceituais dos empreendimentos de HIS Morro de Meio e Lagoinha III
- Expansão da rede de coleta e tratamento de esgoto sanitário na BH rio Cachoeira
- Projeto do Setor Centreventos (trecho do parque linear)
- Projeto do Setor Terminal Norte (trecho do parque linear)
- Plano Diretor de Drenagem da BH rio Cachoeira

Para apoiar a PMJ e a AFD na preparação do Programa foram produzidos os seguintes estudos técnicos:

- [Estudos de viabilidade e diagnóstico ambiental do Parque Linear Porto Cachoeira](#)
- [Estudos de concepção do Parque Linear Porto Cachoeira](#)

3. PROJETOS RELEVANTES EM CURSO

3.1. Planejamento municipal

São fundamentais para o Programa os planos existentes / em elaboração /em revisão no Município, a destacar:

- [Plano Diretor de Drenagem Urbana da Bacia Hidrográfica do Rio Cachoeira \(PDDU\)](#) em execução, a ser concluído em 2026, a revisão e atualização traz o mapeamento das características hidrológicas e hidráulicas da rede de macrodrenagem do rio Cachoeira e seus afluentes. Apresenta uma série de propostas de intervenções para solucionar os problemas relacionados às inundações. Importante ferramenta para planejar a mitigação da problemática das inundações na área urbana.
- [Plano Municipal de Gerenciamento de Riscos de Desastres \(PMGRD\)](#) em execução, conclusão em junho 2025, será um instrumento estratégico de planejamento e gestão de prevenção e mitigação de riscos e desastres, com o objetivo de enfrentar vulnerabilidades e ameaças presentes no município, visando, principalmente, proteger a integridade física da população além da redução de danos materiais e ao meio ambiente, sempre considerando os conceitos e melhores práticas de inteligência urbana, resiliência territorial, sustentabilidade, gestão integrada, segurança hídrica e garantia de mobilidade.
- [Plano de Saneamento Básico - PMSB \(2024\)](#) instrumento de planejamento integrado dos quatro componentes do saneamento: água, esgoto, drenagem, resíduos, num horizonte de 20 anos. [PMSB 2024](#).
- [Plano de Manejo RDS Ilha Morro Amaral \(2024\)](#) estabelece o zoneamento e as normas que devem presidir o manejo dos recursos naturais e o uso da área, inclusive a implantação das estruturas físicas

necessárias à gestão da Unidade de Conservação do Morro do Amaral. [RSD da Ilha do Morro do Amaral](#)

- [Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável \(2022\) PDDS](#)
- [Plano Viário \(revisado em 2022\)](#) traz o planejamento do sistema viário num horizonte de 30 anos, com a representação da malha viária, assegurando a mobilidade sustentável em curto, médio e longo prazos. [PV](#)
- [Plano de Infraestrutura e Equipamentos Públicos Urbano e Rural \(2022\)](#) integra e otimiza a disponibilidade democrática de infraestrutura e equipamentos públicos no Município. [PIEPUR](#)
- [Plano Municipal de Arborização \(2022\)](#) define as diretrizes de planejamento, implantação e manutenção da Arborização Urbana compatibilizando-as com os equipamentos públicos. [PMA](#)
- [Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica \(2020\)](#) conservação, a partir do conhecimento existente sobre as comunidades, o uso do solo e os vetores de transformação da paisagem, a fim de subsidiar o melhor planejamento e gestão ambiental com sustentabilidade. [PMMA](#)
- [Plano de Mobilidade Sustentável \(2015\)](#) estabelece diretrizes, ações, instrumentos e metas, para qualificar a mobilidade urbana e rural no que se refere aos modos, serviços e infraestrutura viária e de transporte que garantam os deslocamentos de pessoas e bens em seu território, além da gestão e operação do sistema de mobilidade.
- [Plano de Habitação de Interesse Social - PHIS \(2010\)](#) instrumento para a execução da política urbana de habitação de interesse social do município.
- [Plano Municipal de Mineração – PMM \(2024\)](#) os estudos realizados visando planejar o uso dos recursos minerais, a proteção ao meio ambiente, à definição de áreas aptas para atividade, bem como integrar a mineração ao desenvolvimento da cidade e das políticas públicas.

3.2. Drenagem urbana

A cidade de Joinville possui um sistema de drenagem urbana totalmente separado. Uma urbanização desordenada e a impermeabilização dos solos pesam e comprometem por parte o sistema de drenagem, agravando fenômenos com os quais Joinville naturalmente se depara. Grande parte dos principais córregos da Bacia do Rio Cachoeira se encontra retificada e canalizada em galerias e tubulações, executadas sem levar em conta ou subestimando a expansão urbana, o que também impactou negativamente no assoreamento dos córregos (e principalmente do Rio Cachoeira, em especial a jusante abaixo do Morro de Boa Vista e próximo à Foz).

A Bacia do Rio Cachoeira abrange uma área total de 82 km², em sua maioria urbanizada. De acordo com estimativas do PDDU (2011), um evento de maré juntamente com chuvas intensas com tempo de retorno de 10 anos pode inundar uma área de 10,73 km², estendendo-se sobre a maior parte da bacia hidrográfica, e eventualmente se nada for feito até mais de 20 km² para um evento com tempo de retorno de 50 anos (a área inundada em 2011 já ultrapassou 25 km²).

No âmbito de projetos com financiamento externo (BID e FONPLATA), federal (PAC) ou estadual foram previstos vários projetos de macrodrenagem / microdrenagem, visando em particular os afluentes do Rio Cachoeira e suas sub-bacias:

- Obras de macrodrenagem no Rio Mathias, financiadas pelo Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC 2), concluídas em 70%,
- Obras de macrodrenagem no Rio Morro Alto, financiadas pelo BID, concluídas em 40%,
- Projetos para obras de macrodrenagem das sub-bacias dos Rios Jaguarão e Bucarein, financiadas pelo BID, projetos executivos finalizados,

- Projeto piloto de microdrenagem sustentável do bairro Vila Nova, financiado pelo BID, projetos executivos concluídos e Obras em 40%, em execução. Projetos para obras de macrodrenagem na sub-bacia do rio Itaum-Açu, financiados pelo BID, projetos executivos em execução.

3.3. Outros projetos

A PMJ também está conduzindo outros projetos no setor de infraestrutura municipal, e em particular de melhoria do sistema viário e de água e esgoto (realizados pela CAJ - Companhia Águas de Joinville):

- Intervenções no sistema viário, visando ligar núcleos de ocupação / partes da malha urbana desconectadas, melhorar o acesso, e de modo geral a melhoria das estruturas viárias (pavimentação, requalificação dos passeios, implantação de ciclovias / ciclofaixas etc.). A reestruturação em eixo binário da Avenida Almirante Jaceguay dá um bom exemplo (projeto executivo finalizado).
- Construção da Ponte Joinville, ligando os bairros Boa Vista e Adhemar Garcia para fluidificar o trânsito.
- Ampliação da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) de Jarivatuba e extensão da rede de esgoto.

4. GESTÃO SOCIAL E AMBIENTAL

4.1. Política ambiental

A Lei nº 5712/2006 dispõe sobre a política municipal de meio ambiente e sobre o sistema municipal de meio ambiente. O Conselho Municipal do Meio Ambiente (COMDEMA) é um órgão paritário, deliberativo, consultivo e formulador da Política Municipal do Meio Ambiente, do Município de Joinville, responsável por normatização complementar e controle das atividades potencialmente causadores de desequilíbrio ambiental, atuando para a proteção e a melhoria da qualidade do meio ambiente no Município de Joinville, enquanto a Secretaria de Meio Ambiente (SAMA) é um órgão da Administração Direta, do Município de Joinville, responsável por executar as funções de meio ambiente (gestão das áreas de proteção ambiental, unidades de conservação, parques, arborização, etc.).

Entre os planos municipais de gestão ambiental se contam:

- Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro (PMGC) 2007
- Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica (PMMA) 2020
- Plano Municipal de Arborização (PMA) 2022

Planos de manejo específicos:

- Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental Serra Dona Francisca 2013
- Plano de Manejo da Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) do Morro do Boa Vista 2020
- Plano de Manejo do Parque Natural Municipal da Caieira 2021

4.2. Política social

A Secretaria de Assistência Social (SAS) é o órgão da Administração Direta, do Município de Joinville, responsável por executar a política municipal de desenvolvimento, na área da assistência social, visando

amparar e proteger a família, a maternidade, a infância, a adolescência, a velhice e a pessoa com deficiência. A SAS gerencia em particular o Fundo Municipal de Assistência Municipal (FMAS) e os Programas de assistência social e de proteção social básica.

4.3. Ação municipal em termos de gênero

O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM) é uma instância instituída pela Lei nº5133/2004 com competência propositiva, consultiva e fiscalizadora, do Município de Joinville, responsável por políticas públicas sob a ótica de gênero, pugnando pela igualdade de oportunidades e de direitos entre homens e mulheres, de modo a assegurar à população feminina o pleno exercício de sua cidadania.

A SAS contribui para a implementação e gestão de uma rede de atendimento à mulher. Foram elaboradas um Cartilha de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, assim como um Cartilha de Ofertas de Políticas Públicas e Outras Atividades para Mulheres (cf. Anexo).

Entre os serviços propostos para as mulheres se destacam a Casa Abrigo Viva Rosa (acolhimento para mulheres em situação de violência doméstica) ou grupos de discussão e oficinas temáticas de empoderamento das mulheres.

Os principais riscos potenciais em termos de gênero são os seguintes, e devem ser abordados no âmbito do Programa:

- Vulnerabilidade acentuada das mulheres aos fenômenos climáticos: enchentes que afetam as casas em áreas vulneráveis prejudicam toda a rotina doméstica, em que é a mulher que responde pela reorganização da dinâmica da família, desde a limpeza pós inundação até a coleta de água em caminhões pipa que providenciam o reabastecimento;
- Proporção significativa de mulheres em situação de pobreza;
- Mulheres responsáveis economicamente pelas famílias;
- Exploração sexual de crianças e adolescentes;
- Violência de gênero;
- Ausência de dados e diagnóstico;
- Subnotificação das ocorrências de violência de gênero;
- Desigualdade no acesso aos serviços, recursos e oportunidade de emprego;
- Efeito dos conflitos e das relações comunitárias sobre as mulheres;
- Deficiências na promoção e proteção dos direitos das mulheres e meninas;
- Deficiência na diversidade nos espaços públicos.

5. SERVIÇOS

5.1. Objetivo geral

O objetivo da prestação é apoiar a equipe-projeto da AFD e seu parceiro, a PMJ, na preparação e estruturação do Programa “Viva Bem Joinville” para aprovação do financiamento pelas instâncias decisórias da AFD.

Na fase de identificação do Programa pela AFD, este foi classificado como B+, o que corresponde a um nível de risco A&S importante. As questões A&S significativas identificadas de forma preliminar estão relacionadas com :

- a retirada e o reassentamento das famílias que moram nas áreas de preservação e fragilidade ambiental, aproximadamente 190 famílias (50 Morro de Amaral e 140 Comunidade Machado),
- os possíveis impactos em atividades económicas, comércio e empresas, inclusive informais, gerando perda temporária ou permanente de rendimentos e meios de subsistência,
- a sensibilidade sócio cultural, com a presença de comunidade tradicional de pescadores,
- a aceitação das alternativas de reinstalação pelas populações,
- a sensibilidade ambiental com a presença de ecossistema protegido (zona de manguezal, Mata Atlântica, Nascentes) e biodiversidade (flora, ictiofauna, etc.),
- a exposição da biodiversidade à poluição luminosa e sonora,
- a supressão de vegetação, aumento das superfícies impermeabilizadas e dos riscos de inundação nas áreas dos empreendimentos habitacionais,
- a alteração na paisagem ao longo do rio Cachoeira,
- a retirada e a gestão de sedimentos e lamas potencialmente contaminados durante operações de dragagem e desassoreamento,
- ao adiamento dos impactos a jusante (ex: deslocamento da carga das inundações),
- a frequência e elevação das marés de retorno, das inundações e enchentes,
- a longa duração e transtornos das obras (trânsito, ruído etc.),
- a fragmentação do parque linear ou efeitos de barreira nas travessias que limitam a atratividade futura,
- as condições de contratação e trabalho nos canteiros de obras,

Esta classificação implica, em conformidade com a política de controle de riscos A&S da AFD¹, que a avaliação e a gestão dos riscos e impactos A&S deverão estar alinhadas com as regulamentações nacionais e internacionais aplicáveis no Brasil (incluindo as convenções da Organização Internacional do Trabalho - OIT), com as melhores práticas internacionais de A&S, em particular com as Normas Ambientais e Sociais (NAS) do Banco Mundial² e as Diretrizes Gerais Ambientais, Saúde e Segurança da Sociedade Financeira Internacional (SFI)³.

5.2. Escopo dos serviços

As atividades a ser desenvolvidas são as seguintes:

- Atividade 1 : treinamento sobre as Normas Ambientais e Sociais do Banco Mundial
- Atividade 2: elaboração do Marco de Gestão Ambiental e Social (MGAS)
- Atividade 3 : elaboração do Marco de Política de Reassentamentos Involuntários (MPR)

5.2.1. Treinamento sobre as Normas Ambientais e Sociais do Banco Mundial

O objetivo desta atividade é sensibilizar aos atores envolvidos na gestão A&S do Programa Viva Bem Joinville sobre as normas da AFD em termo de gestão ambiental e social. Nessa perspectiva, o Consultor organizará uma sessão de apresentação das Normas Ambientais e Sociais do Banco Mundial aplicáveis ao programa.

¹ [Política de controlo dos riscos ambientais e sociais ligados às operações financiadas pela AFD | AFD - Agência Francesa de Desenvolvimento](#)

² <https://projects.banquemondiale.org/fr/projects-operations/environmental-and-social-framework/brief/environmental-and-social-standards>

³ [World Bank Group Environmental, Health, and Safety Guidelines](#)

Será apresentado o conteúdo das NAS aplicáveis ao Programa Viva Bem Joinville e se explicitará as lacunas com as regulamentações nacionais e os procedimentos existentes a nível da PMJ. O Consultor apresentará as medidas adequadas para reduzir ou eliminar esses diferentes níveis de discrepância.

Entrega esperada para a Atividade 1: conteúdo, material de formação, lista de presenças, fichas de avaliação dos participantes, ata da sessão.

A sessão terá a duração de um dia.

5.2.2. Marco de Gestão Ambiental e Social (MGAS)

A preparação do MGAS faz parte da instrução do Programa pela AFD para:

- Conceber um projeto que respeite o ambiente e as populações locais, definindo todas as atividades e medidas a implementar para melhorar a qualidade ambiental e social do programa.
- Cumprir os requisitos da regulamentação ambiental e social (A&S) nacional, em particular os requisitos das autoridades ambientais.
- Informar o processo decisório da AFD verificando a viabilidade social e ambiental dos investimentos propostos, a fim de limitar os riscos legais, financeiros e de reputação; e atender aos requisitos da AFD.

A finalidade do MGAS é dispor de uma avaliação A&S preliminar do Programa, detalhando todas as partes que podem ser desenvolvidas a partir das informações disponíveis e «enquadrando» as partes que ainda devem ser desenvolvidas (especificando as ações que ainda devem ser realizadas, em particular em termos de estudos A&S, as ferramentas e a metodologia que serão implementadas para isso, etc.). O MGAS também permite definir a gestão A&S do programa, definindo os recursos humanos e financeiros associados.

Com base na documentação existente, visitas de campo e encontros dos principais interlocutores envolvidos no Programa, o MGAS deverá permitir:

- Apresentar os regulamentos de A&S locais aplicáveis ao programa e identificar os padrões internacionais de A&S aplicáveis ao programa.
- Dispor de uma análise das conformidades e lacunas entre a regulamentação A&S local e os padrões A&S internacionais, bem como, quando necessário, medidas operacionais para colmatar as lacunas encontradas, para definir o quadro de avaliação e gestão da A&S aplicável ao Programa.
- De acordo com a regulamentação A&S local, identificar para cada um dos componentes/subcomponentes as autorizações ambientais, sociais, patrimoniais e diligências A&S e planos de ação associados a produzir, bem como os prazos e custos associados.
- Dispor de uma avaliação dos principais riscos e impactos A&S do Programa (componentes/subcomponentes e infraestruturas associadas⁴) bem como das medidas de mitigação correspondentes seguindo a sequência: « Evitar, Reduzir, Compensar » os impactos A&S;
- Propor alternativas e variantes ao Programa, tecnicamente viáveis, que permitirão evitar ou reduzir os impactos A&S.
- Propor uma ferramenta de triagem dos impactos A&S que permita, por um lado, determinar o nível de riscos A&S de cada componente/subcomponente (segundo a classificação adotada pela AFD, ou seja: A, B+, B ou C); e, por outro lado, definir as diligências A&S necessárias, o quadro

⁴ Por «infraestruturas associadas» entende-se as instalações ou atividades que não são financiadas no âmbito do projeto, mas que: a) estão direta e estreitamente ligadas ao projeto; b) são realizadas ou devem ser realizadas em simultâneo com o projeto; e c) necessárias para a viabilidade do projeto e não teriam sido construídas, ampliadas ou realizadas se o projeto não tivesse existido. Para serem consideradas infraestruturas associadas, as instalações ou atividades em questão devem satisfazer os três critérios.

regulamentar aplicável (regulamentação nacional para os projetos B e C; ou regulamentação nacional e normas internacionais de A&S para os projetos A e B+) bem como o calendário e os custos estimados associados.

- Propor uma primeira classificação para cada um dos subcomponentes do programa e justificá-la;
- Avaliar a capacidade e as competências da equipe municipal responsável pela implementação do Programa para assegurar a gestão A&S do Programa, incluindo o seu Sistema de Gestão Ambiental e Social (SGAS) ou as medidas de gestão A&S implementadas no âmbito dos subcomponentes em fase operacional, segundo a metodologia de avaliação proposta pela Sociedade Financeira Internacional (SFI) abrangendo os seguintes nove domínios: i. conjunto de políticas e procedimentos, ii. identificação de riscos e impactos, iii. programas de gestão, iv. capacidades e competências organizacionais, v. preparação e resposta a situações de emergência, vi. envolvimento das partes interessadas, vii. comunicação externa e mecanismo de gestão de reclamações, viii. divulgação contínua da informação às comunidades afetadas, ix. acompanhamento e avaliação.
- Identificar as necessidades de reforço da capacidade, se necessário, incluindo a nível da Unidade de Gestão do Programa, especificando os perfis e responsabilidades, e estimar os custos e fontes de financiamento associados; e propor os arranjos organizacionais necessários para a implementação da gestão A&S do Programa.
- Produzir termos de referência (TDR) que atendam aos requisitos das autoridades locais relevantes e às melhores práticas internacionais aplicáveis de A&S, que serão utilizados para investimentos correspondentes a um nível de risco A&S A ou B+. Em particular, será necessário atualizar os TDR do estudo Relatório Ambiental Prévio.
- Definir o programa de acompanhamento e avaliação A&S do Programa e os meios associados.
- Estimar o orçamento associado à gestão dos riscos e impactos A&S e propor um calendário de implementação.

Entrega esperada para a Atividade 2, conteúdo do MGAS

O **PRODUTO nº2** assumirá a forma de um MGAS elaborado segundo os requisitos e as boas práticas dos doadores internacionais (AFD, Banco Mundial, BID etc.), descrevendo o processo de avaliação e mitigação dos riscos ambientais e sociais do Programa e seus investimentos. Este MGAS inclui uma estratégia de consulta e um Plano de Envolvimento das Partes Interessadas.

A entrega será apresentada em formato Word e no modo de acompanhamento das alterações para as versões intermediárias.

O Consultor irá organizar [reuniões de devolutiva](#) com os atores envolvidos na implementação do MGAS, para a entrega das versões intermediárias e finais do MGAS, a fim de facilitar a validação do resultado final.

5.2.3. Marco de Política de Reassentamento (MPR)

Um Marco de Política de Reassentamento Involuntário (MPR), em conformidade com as melhores práticas internacionais e em particular com a Norma Ambiental e Social nº5 «Aquisição de terras, restrições ao uso da terra e reinstalação forçada» do Banco Mundial, é necessária no âmbito deste Programa.

Com base na documentação existente, em visitas de campo e reuniões com os principais interessados no projeto, o MPR deverá proporcionar uma primeira avaliação dos riscos relacionados aos reassentamentos involuntários, das principais medidas a serem implementadas e dos procedimentos a cumprir para levar a cabo as diligências futuras em matéria de reassentamento involuntário no âmbito do Programa.

O MPR deverá permitir:

- Apresentar o quadro jurídico aplicável (i) explicitando o conteúdo das leis e regulamentações nacionais aplicáveis, os procedimentos existentes a nível da PMJ, incluindo o processo de expropriação para projetos de utilidade pública, e suas consequências sobre o desenrolar dos deslocamentos físicos e económicos; (ii) analisando as lacunas em suas aplicações concretas; (iii) analisando as lacunas com os requisitos do Grupo AFD, nomeadamente os da NAS 5 do Banco Mundial; e (iv) propor as medidas adequadas para reduzir ou eliminar esses diferentes níveis de discrepância.
- Identificar as ações preparatórias já realizadas pela PMJ (i.e cadastramento prévio de famílias) e analisar seu nível de cumprimento com os requisitos da NAS 5 do Banco Mundial.
- Dispor de uma primeira apreciação dos riscos associados à reinstalação involuntária, ao deslocamento físico e económico, e as principais medidas a implementar e os procedimentos a seguir, para levar a cabo futuras diligências em matéria de reassentamento involuntário ou outros deslocamentos se tiverem identificado, e permitir a realização futura dos planos de ação de reassentamento (PAR).
- Identificar os componentes/subcomponentes do Programa suscetíveis de gerar deslocações físicas e/ou económicas, estimar a natureza e a amplitude das deslocações e propor alternativas e variantes aos componentes/subcomponentes em causa, tecnicamente viáveis, que permitam evitar ou reduzir as reinstalações.
- Apresentar os tipos de propriedades identificadas e/ou uma tipologia dos estatutos da terra: i. das populações a deslocar (formal, informal, legal, ilegal); ii. dos locais de reinstalação identificados. Para estes últimos, identificar e estimar financeiramente os arranjos necessários à viabilização e ao ordenamento dos terrenos a fim de oferecer às populações deslocadas condições de vida pelo menos equivalentes àquelas que gozavam anteriormente.
- Identificar as categorias às quais as pessoas a deslocar podem pertencer, e os critérios de pertença a essas categorias.
- Apresentar os procedimentos organizacionais previstos para a atribuição dos direitos, assistências e ajudas (matriz de elegibilidade).
- Apresentar as medidas previstas para ajudar as populações afetadas no seu esforço de restauração ou melhoria dos seus meios de subsistência. O MPR procura descrever os métodos e procedimentos pelos quais as comunidades afetadas identificam e escolhem as diferentes medidas de compensação possíveis, bem como os métodos e procedimentos pelos quais os próprios membros das comunidades afetadas poderão escolher entre várias opções possíveis.
- Apresentar os mecanismos de recurso, resolução das queixas e reparação dos danos.
- Apresentar a metodologia e os procedimentos de: i. consulta e participação das populações deslocadas e das comunidades anfitriãs, no planeamento, preparação, execução e acompanhamento do MPR e do ou dos PAR, ii. produção dos estudos socioeconómicos, iii. Recenseamentos/cadastramentos, iv. avaliação dos bens e ativos afetados e v. gestão de reclamações/queixas aplicáveis ao contexto social local. A metodologia e os procedimentos propostos deverão ser sensíveis ao género e dar especial atenção à participação e tratamento dos grupos vulneráveis, cuja definição deverá ser apresentada.
- Identificar os atores e as instituições que estarão envolvidos na implementação do processo de reassentamento físico e económico. Avaliar as capacidades de gestão destes atores e identificar as necessidades em matéria de reforço, se for caso disso, assegurando que seja proposta uma estimativa financeira.
- Descrever as condições de implementação dos deslocamentos no âmbito do ou dos PAR a produzir, e da sua coordenação com o avanço da execução dos trabalhos previstos no âmbito do programa ou de cada um dos componentes/subcomponentes.
- Apresentar o dispositivo de acompanhamento e avaliação implementado pelo organismo responsável pela execução do ou dos PAR e o dispositivo de auditoria independente.
- Propor termos de referência em conformidade com os procedimentos locais e as orientações do NAS 5 do Banco Mundial, que serão utilizados para os componentes/subcomponentes que geram deslocamento físico e/ou económico.
- Apresentar o cronograma de implementação e os mecanismos de financiamento da reinstalação para desenvolver e implementar os PAR para os componentes/subcomponentes relevantes, incluindo a estimativa de custos, as fontes de financiamento, os fluxos financeiros e as provisões para imprevistos.

Entrega esperada para a Atividade 3, conteúdo do MPR

O **PRODUTO n°3** assumirá a forma de um Marco de Política de Reassentamentos Involuntários (MPR) elaborado segundo os requisitos e as boas práticas dos doadores internacionais (AFD, Banco Mundial), descrevendo os riscos de reassentamento involuntário e especificando as medidas corretivas e os procedimentos a implementar para a realização futura dos planos de ação de reassentamento (PAR).

A entrega será apresentada em formato Word e no modo de acompanhamento das alterações para as versões intermediárias.

O Consultor irá organizar **reuniões de devolutiva** com os atores envolvidos na implementação do MPR, para a entrega das versões intermediárias e finais do MPR, a fim de facilitar a validação da entrega.

5.3. Modalidades de realização da prestação

5.3.1. Metodologia e modalidades de pilotagem

Uma reunião de lançamento à distância com a AFD e a PMJ será organizada no início da prestação, o mais tardar uma semana após a assinatura do contrato entre a AFD e o prestador.

Durante esta reunião, o consultor apresentará, através de uma apresentação em powerpoint, a sua metodologia, as fontes de dados e ferramentas identificadas, bem como um plano de trabalho e um calendário atualizado da prestação, com as datas de missão de campo e entrega dos entregáveis. As questões do projeto serão atualizadas conforme necessário com o município.

Reuniões de status também serão realizadas regularmente e na entrega dos resultados de cada atividade.

No final da missão, uma reunião de encerramento à qual serão convidadas todas as partes interessadas do programa permitirá validar os resultados finais entregues pelo consultor.

De modo geral, a prestação será realizada pelo Consultor sob a supervisão da AFD e em estreita ligação com o município de Joinville.

O prestador compromete-se a designar um interlocutor único encarregado de acompanhar o presente contrato.

5.3.2. Calendário de entrega dos produtos

A duração da Consultoria está estimada em cerca de 4 meses. Essa duração poderá ser revisada e acelerada no início do serviço para garantir os prazos de assinatura do contrato de financiamento com a AFD e os prazos de lançamento dos estudos e obras previstos no Programa. O início da consultoria (T0 no cronograma seguinte) começará com uma reunião de lançamento que acontecerá o mais tardar uma semana após a assinatura do contrato.

O serviço deverá ser executado dentro dos seguintes prazos, a partir da data de início dos serviços:

Entrega do Produto 1 : Treinamento sobre as Normas Ambientais e Sociais do Banco Mundial e documentação associada : T0 + 1,5 meses

Entrega do Produto 2 : MGAS.

- o versão preliminar (incluindo o diagnóstico dos elementos faltantes e das discrepâncias com relação aos padrões internacionais) : T0 + 2 meses

- o versão final : T0 + 4 meses

Entrega do Produto 3 : MPR

- o versão preliminar (incluindo o diagnóstico dos elementos faltantes e das discrepâncias com relação aos padrões internacionais) : T0 + 2 meses
- o versão final : T0 + 4 meses

O Consultor entregará à AFD a versão final do produto em até dez dias úteis após o envio das ressalvas da AFD sobre a versão anterior.

Os consultores selecionados deverão realizar pelo menos uma missão de campo de, no mínimo, uma semana. Esta será realizada o mais rápido possível após a reunião de lançamento. Serão necessárias reuniões com a prefeitura e os diferentes órgãos responsáveis pelo Programa. Dependendo das necessidades, a equipe pode ter que fazer várias viagens.

É essencial que os consultores cumpram o cronograma acordado e concluam todas as tarefas dentro dos prazos estabelecidos para as instâncias de validação do financiamento pela AFD.

Atividades e entregas	Data de entrega dos resultados
Início da entrega e reunião de lançamento: T0 + 1 semana	
Missão de campo: 1º mês da prestação	
Entrega nº 1 : Treinamento sobre as NAS do Banco Mundial	T0 + 1,5 meses
Entrega nº 2: MGAS (versão preliminar)	T0 + 2 meses
Entrega nº 3 : MPR (versão preliminar)	T0 + 2 meses
Calendário AFD: a título indicativo em T0 + 2,5 meses (Janeiro de 2026): - Missão da equipe de projeto AFD com base nas versões provisórias dos resultados nº 2 e 3 - Entrega da documentação interna AFD Comitê de crédito da AFD com base nas versões provisórias dos resultados nº 2 e 3	
Entrega das versões finais dos resultados nº2 e 3	T0 + 4 meses
Calendário AFD: a título indicativo, T0 + 4 meses (Fevereiro de 2026): Entrega da documentação interna final AFD às Instâncias de decisão da AFD com base nas versões finais dos MGAS e MPR	

Os resultados de cada atividade serão enviados em versão preliminar em formato Word para a AFD e a PMJ, e serão apresentados em uma reunião. Uma versão final, integrando as observações e comentários da AFD e da PMJ, será então preparada pelos consultores. Os relatórios serão considerados finais após incorporação das ressalvas e observações das partes interessadas. Os produtos serão enviados por meio eletrônico.

A equipe do projeto AFD (agência de Brasília e sede) garantirá a validação dos produtos com base em sua clareza e legibilidade, sua relevância para as tarefas mencionadas anteriormente e suas conclusões operacionais.

Além disso, será dada especial atenção à clareza e ao caráter sintético dos resultados, que não devem exceder 100 páginas por resultado.

Os relatórios (provisório e final) deverão ser entregues em formato word (com marca de alterações) e PDF (sem modificações aparentes).

A prestação será realizada em língua portuguesa, e os entregáveis deverão também ser redigidos em português.

Serão preparadas pelo consultor, quando necessário, além das entregas, apresentações em PowerPoint que permitam sintetizar cada entrega com os resultados das diferentes atividades para o município e a AFD.

5.3.3. Dimensionamento da prestação

O dimensionamento da prestação é estimado em cerca de 94 dias/homens distribuídos de forma indicativa como se segue (todas as peritagens juntas) segundo os resultados esperados:

Entregas	Estimativa j. / h
Entrega n° 1: Treinamento sobre as NAS do Banco Mundial	5
Entrega n° 2: MGAS	50
Entrega n° 3: MPR	40
TOTAL	95

5.3.4. Pagamento

Trata-se de contratação de serviço no regime de empreitada por preço global. Os pagamentos serão escalonados da seguinte forma:

- 20% na entrega do Produto 1 Treinamento sobre as Normas Ambientais e Sociais do Banco Mundial e documentação associada
- 40% na entrega das versões preliminares dos Produtos 2 (MGAS) e 3 (MPR)
- 40% na entrega das versões finais dos Produtos 2 (MGAS) e 3 (MPR)

5.4. Modalidades de implementação e supervisão

O trabalho do Consultor será supervisionado pela PMJ (especialista da UCP: Especialista em Obras de Infraestrutura, Especialista em Obras de Saneamento Ambiental, Especialista em Gestão Ambiental, Especialista em Saneamento Ambiental, Especialista em Geoprocessamento, Especialista Financeiro, Especialista Administrativo, além do Coordenador Executivo do Programa. Com o apoio técnico da SEHAB, SEINFRA e SEPUR) e a AFD.

Estarão previstas visitas de campo e de diálogo com a PMJ.

Poderão ser organizadas videoconferências com a equipe de projeto da AFD e o Consultor, conforme as necessidades.

5.5. Qualificações e experiência exigidas

O Consultor pode ser uma empresa de consultoria ou um consórcio de empresas que conheça muito bem a área de intervenção. Deverá demonstrar uma experiência comprovada em engenharia e preparação de projetos de desenvolvimento financiados por doadores internacionais, se possível junto da AFD.

A equipe de especialistas proposta pelo Consultor deverá possuir as qualificações e experiências necessárias para a boa realização das tarefas e dos resultados mencionados anteriormente.

Mais especificamente, a equipe deverá apresentar, no mínimo, os seguintes perfis e competências (sendo o Consultor livre de adaptar a sua proposta de equipe justificando-a):

Consultores e especialistas da atividade 1:

- Experiência de pelo menos 10 anos de trabalho em avaliações de impacto ambiental e avaliações de biodiversidade (NAS6 BM, PS6 SFI). Experiência de trabalho com projetos de desenvolvimento de bancos multilaterais de desenvolvimento na América Latina é desejável.
- **Especialista Ambiental**, experiência de pelo menos 8 anos de trabalho em avaliação de impactos ambientais de acordo com os padrões internacionais de A&S, no âmbito de projetos de desenvolvimento urbano sustentável, engenharia urbana, de habitação de interesse social e drenagem e dessassoramento num contexto semelhante e financiados pelos principais doadores (Banco Mundial, Sociedade Financeira Internacional (SFI), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), KfW, etc.). Experiência específica em avaliações de biodiversidade (NAS6 BM, PS6 SFI). Experiência específica de trabalho no Brasil e conhecimento comprovado da regulamentação local são esperados.
- **Especialista Social**, experiência de pelo menos 8 anos de trabalho em avaliação de impactos sociais conforme os padrões internacionais de A&S, no âmbito de projetos de doadores (Banco Mundial, Sociedade Financeira Internacional (SFI), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), KfW, etc.). Experiência específica em relações com a comunidade, comunidades tradicionais, envolvimento com as partes interessadas. Experiência específica de trabalho no Brasil e conhecimento comprovado da regulamentação local são esperados.
- **Especialista em reassentamento involuntário e restauração de meios de subsistência**, com pelo menos 5 experiências na preparação e implementação de MPR e PAR, e realização de estudos socioeconômicos no âmbito de projetos de desenvolvimento, num contexto semelhante e financiados pelos principais doadores (Banco Mundial, Sociedade Financeira Internacional (SFI), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), KfW, etc.). Experiência específica de trabalho com comunidades tradicionais é desejável. Experiência específica de trabalho no Brasil e conhecimento comprovado da regulamentação local são esperados.
- Se for o caso, um **Geofísico** que conduzirá todo o trabalho cartográfico (mapas, cálculo de perdas-ganhos, modelação, etc.).

De modo geral, a equipe deverá ter as seguintes competências:

- Excelente conhecimento e domínio do marco legal socioambiental da República Federativa do Brasil, e das agências multilaterais / bilaterais, em particular do Banco Mundial / AFD.
- Experiência prévia de colaboração com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) ou outras organizações de desenvolvimento internacional em projetos de desenvolvimento urbano e redução dos riscos de desastres desejados.
- Experiência no campo do desenvolvimento urbano, integrando os desafios da mudança climática, da redução e gestão dos riscos de desastres, da biodiversidade e das soluções baseadas na natureza.
- Experiência na área de planejamento urbano, concepção e implementação de projetos de espaços públicos, paisagens (praças, parques, estradas), parques urbanos e espaços naturais em cidades, equipamentos públicos e habitação.
- Expertise/ conhecimento das problemáticas relativas ao desenvolvimento das margens.
- Fluência no idioma Português, excelentes habilidades de comunicação e redação em português, e capacidade de produzir relatórios e apresentações de alta qualidade e sintética. O domínio do francês é um plus.

- Experiência de trabalho no Brasil.

A experiência de trabalhar com as autoridades locais brasileiras é desejável.

Uma experiência internacional constitui um diferencial.

A equipe deverá também ser estruturada em torno de um Chefe de Missão com 10 a 15 anos de experiência, que será o ponto de contacto para a AFD e a cidade. Pode ser um dos especialistas, dependendo do grau de experiência. O Chefe de Missão, em ligação eventualmente com uma equipe de apoio, deverá ainda:

- Assegurar a responsabilidade global de toda a prestação;
- Garantir a qualidade de todos os resultados e da prestação;
- Assegurar a gestão contratual e o controlo da utilização dos fundos e do planeamento financeiro;
- Assegurar a gestão do pessoal, em particular a identificação das necessidades em matéria de alocações a curto prazo no âmbito do orçamento disponível, bem como o planeamento e a execução das atividades;
- Assegurar o reporte regular das atividades no cumprimento dos prazos.

5.6. Anexos e documentação disponíveis para a prestação

Os seguintes documentos são anexados aos termos de referência:

- Carta Consulta validada pela COFLEX (e anexos)

A AFD e o Município de Joinville colocarão à disposição do consultor, no início da prestação, o restante da documentação útil disponível.

Anexo 1: Conteúdo do Marco de Gestão Ambiental e Social

O Marco de Gestão Ambiental e Social deverá incluir pelo menos, mas não necessariamente ser restrito a, os seguintes elementos:

► DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

O Consultor descreverá, de forma concisa, o Programa tal como foi definido até esse momento. Esta descrição também listará as fontes potenciais de impacto do Programa, durante as fases de construção e de operação.

Na medida do possível, este produto deve incluir os seguintes elementos para ajudar a compreender o Programa e analisar os seus efeitos:

Mapas de todos os investimentos e infraestruturas;

Gráficos, imagens etc.;

Descrição das fontes potenciais de impacto ambiental e social, incluindo números, tanto para a fase de construção como para a fase de operação (área de terreno, volumes de materiais, necessidades de água, necessidades de contratação de mão de obra etc.);

Calendário geral das diferentes etapas do Programa.

► DESCRIÇÃO DO MARCO JURÍDICO E INSTITUCIONAL, NACIONAL E INTERNACIONAL

O Consultor descreverá o marco institucional e a normativa aplicável ao Programa, tanto em aspectos ambientais como sociais, incluindo saúde, segurança e gênero. Deve ser apresentado:

A regulamentação nacional socioambiental (Política Nacional de Meio Ambiente, regras de licenciamento ambiental);

Os textos internacionais ratificados;

As instituições nacionais encarregadas da aplicação da legislação ambiental e social;

Os procedimentos e os atores envolvidos na obtenção das autorizações ambientais e sociais necessárias para a implementação do Programa;

As políticas e padrões das organizações/financiadores internacionais envolvidos.

No que diz respeito às normas ambientais e sociais da AFD, o Consultor pode se referir aos seguintes documentos:

- Política de gestão dos riscos ambientais e sociais para operações financiadas pela AFD, <https://www.afd.fr/en/ressources/environmental-and-social-risk-management-policy-afd-funded-operations>
- O Sistema de Gestão Ambiental e Social do Banco Mundial, <https://documents1.worldbank.org/curated/en/937201486378939881/pdf/99393-PORTUGUESE-ESMS-Handbook-General-v2-1-PUBLIC.pdf>
- Convenções fundamentais da Organização Internacional do Trabalho <https://libguides.ilo.org/c.php?g=659646&p=4657183>
- Diretrizes para as questões de gênero da AFD <https://www.afd.fr/fr/ressources/cadre-dintervention-le-genre-et-la-reduction-des-inegalites-femmes-hommes> ; <https://www.afd.fr/fr/ressources/boite-outils-genre-diligences-environnementales-et-sociales>

Para definir a gestão ambiental e social aplicável ao Programa, o Consultor realizará uma análise das diferenças entre as regulações nacionais aplicáveis e os padrões do Banco Mundial, e proporá medidas operacionais para colocar em adequação essas normas. Estas medidas serão discutidas e validadas pelas autoridades competentes, a entidade adjudicante e a Agência Francesa de Desenvolvimento.

▶ DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO INICIAL

O Consultor apresentará as principais características atuais em termos ambientais e sociais da área do Programa. Não é necessária uma descrição detalhada dos ambientes biofísicos, físicos e sociodemográficos (serão realizados durante os estudos A&S detalhados necessários para o licenciamento e os projetos executivos), mas deverão conter pelo menos:

A visita ao terreno de todas as áreas de intervenção dos componentes 1, 2 e 3 do programa

Uma descrição geral sociodemográfica das áreas do Programa;

Um levantamento das ações sociais executadas na área do Programa (abrigo para vítimas de violência de gênero, ações em benefício de pessoas com mobilidade reduzidas, idosos etc.), junto à Secretaria de Assistência Social, identificar falhas e pistas de ações específicas para igualdade de gênero;

Uma identificação das áreas de preservação permanente de acordo com a legislação aplicável (APP/APA) e demais áreas protegidas de acordo com Código Florestal, definições do IBAMA e do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC);

Identificação de eventuais áreas degradadas na área de abrangência do Programa;

Identificação de todas as demais características dos locais de intervenção que sejam úteis e importantes para estudos técnicos sobre o Rio (C2-C3) e sobre HIS e equipamentos públicos (C1)

▶ IDENTIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DOS IMPACTOS POTENCIAIS E DAS MEDIDAS DE MITIGAÇÃO

O Programa deve ser concebido numa lógica de "evitar, reduzir, mitigar" os riscos ambientais e sociais. No entanto, devido ao fato que o Programa se encontra na fase de projeto conceitual, os impactos do Programa nem sempre são facilmente identificáveis.

Portanto, o Consultor deverá:

Enumerar as fontes de impacto dos subprojetos de acordo com o seu tipo (por exemplo, dragagem, obras viárias etc.), tanto nas fases de construção como de funcionamento dos investimentos;

Propor medidas gerais de mitigação para cada um destes impactos;

Especificar os impactos residuais, mesmo após a aplicação das medidas de mitigação.

A identificação dos impactos e a proposta de medidas mitigatórias dizem respeito tanto aos investimentos financiados pela Agência Francesa de Desenvolvimento como às infraestruturas conexas.

Finalmente, o Consultor identificará os outros projetos principais na área do Programa e analisarão os potenciais impactos cumulativos a curto prazo, se baseando em Estudos de Impacto de Vizinhança ou outros estudos ambientais existentes.

Esta etapa de identificação de potenciais impactos e medidas de impacto ou atenção deverá permitir alimentar as recomendações e a concepção dos estudos técnicos sobre o Rio (C2-C3) e sobre HIS e equipamentos públicos (C1).

▶ DESCRIÇÃO DA GESTÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS DO PROGRAMA

O Consultor proporá uma metodologia para:

A avaliação dos subprojetos de acordo com o seu nível de riscos ambientais e sociais. O Consultor deverá pré-estabelecer uma lista de critérios de categorização que cubra todos os riscos ambientais, sociais, patrimoniais etc. e que seja adaptado ao contexto;

A definição de estudos ambientais e sociais adicionais (Estudo de Impacto Ambiental e Social (EIAS) detalhado ou restrito, Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS), Plano de Ação de Reassentamento (PAR), etc.) para cada subprojeto segundo sua categorização, que serão realizadas logo que a concepção técnica dos subprojetos seja conhecida.

A descrição do marco institucional e das etapas, ferramentas para concluir o processo de avaliação dos impactos ambientais e sociais dos subprojetos e obter a aprovação das autoridades competentes. O

Consultor também descreverá quais são as responsabilidades das partes interessadas na produção e aprovação destes documentos, deve-se incluir um calendário A&S e vinculá-lo aos estudos técnicos e outras etapas de implementação dos subprojetos.

► SELEÇÃO DAS CLÁUSULAS AMBIENTAIS E SOCIAIS A INCLUIR NOS DOCUMENTOS DE LICITAÇÃO DO PROGRAMA

O Consultor proporá as cláusulas ambientais e sociais, de saúde e segurança relevantes que deverão ser incluídas nos documentos de licitações públicas a serem lançadas no âmbito do Programa, com base no modelo padrão da Agência Francesa de Desenvolvimento.

► DETERMINAÇÃO DO PROGRAMA DE MONITORAMENTO E DE AVALIAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL E SOCIAL

O objetivo do processo de monitoramento e avaliação ambiental e social é:

Verificar que os compromissos ambientais e sociais assumidos pelo gestor do Programa foram respeitados;

Fornecer informações sobre os principais problemas ambientais e sociais do projeto, em particular sobre os seus impactos; e

Analisar e avaliar a eficácia das medidas de mitigação implementadas (progressos e resultados). Estas informações permitem avaliar o sucesso das medidas de mitigação durante o acompanhamento do projeto e, se necessário, implementar medidas corretivas.

O Consultor deverá propor:

Uma descrição das modalidades de avaliação dos impactos ambientais e sociais dos subprojetos, a saber: tipologia de indicadores, medidas de supervisão durante a fase de construção, desenvolvimento de planos específicos etc.

Não é pedido no MGAS a elaboração de uma lista de indicadores bem definidos, mas da descrição da metodologia de monitorização e da tipologia dos indicadores.

Uma descrição das modalidades de monitoramento: procedimentos de monitoramento, elaboração de relatórios de acompanhamento (acompanhamento periódico, formulários de acidentes etc.), organização e competências requeridas.

► ESTRATÉGIA DE PARTICIPAÇÃO DAS PARTES INTERESSADAS

O Consultor apresentará uma identificação preliminar das partes interessadas e proporá meios de promover a participação das partes interessadas:

Identificação e análise dos tipos / categorias de partes interessadas (não sendo uma lista exaustiva de partes interessadas a especificar através de estudos);

Objetivos da consulta das partes interessadas (consultas / audiências públicas, outros processos de concertação, ou até de co-decisão que se encaixam no princípio de participação social previsto pela Constituição Federal)

Metodologia de consulta e métodos de comunicação adaptados ao contexto e incluindo uma análise das limitações que restringem a participação de grupos vulneráveis e mulheres;

Planejamento / principais etapas das consultas no âmbito da implementação dos subprojetos;

Divulgação de informações sobre o projeto às partes interessadas.

► MECANISMO DE RECLAMAÇÃO

O Consultor apresentará os princípios, as modalidades e os passos para que as pessoas afetadas negativamente pelo projeto apresentem uma queixa.

O Consultor descreverá as modalidades oferecidas aos usuários. O mecanismo de recebimento das reclamações deve incluir:

Política, termos e condições, passos etc. de acordo com as fases de construção e operação do projeto para apresentar queixas;

Funcionamento do mecanismo (tempos de resposta e de resolução, procedimento de gestão de queixas, governação, procedimento de recurso etc.);

Registo de queixas, com uma categorização das queixas;

Ferramentas e mecanismos específicos desenvolvidos para tornar o mecanismo adequado e acessível aos trabalhadores de empresas, mulheres e pessoas vulneráveis.

O mecanismo deve ser adaptado ao contexto e utilizar, na medida do possível, outros mecanismos locais já existentes e examinar as modalidades de articulação com os mesmos. Em particular, cabe mencionar que a PMJ já possui mecanismo de reclamação consolidado por meio dos canais de Ouvidoria. Se necessário, pode considerar-se um mecanismo diferente para registar e tratar queixas específicas de mulheres.

O mecanismo deverá ser ilustrado por um diagrama. O Consultor deve inserir no apêndice um modelo de formulário de reclamação e a configuração do registo de reclamações.

► AVALIAÇÃO DAS NECESSIDADES DE APOIO TÉCNICO

O Consultor levantará a situação das necessidades de capacitação e fortalecimento de capacidades organizacionais e operacionais que podem ser contempladas por uma assistência técnica, especialmente como parte das atividades de monitoramento e avaliação ambiental e social.

► ORÇAMENTO E CALENDÁRIO DE EXECUÇÃO

De acordo com as características do Programa e dos subprojetos, o Consultor proporá:

Um calendário de execução dos estudos ambientais e sociais complementares, indicando a sua Programação e coordenação com os planos de execução do Programa;

Uma estimativa financeira dos custos relacionados com os estudos a serem desenvolvidos, contratações de pessoal, acompanhamento das medidas de mitigação etc., indicando a origem dos fundos necessários.

Anexo 2 Conteúdo do MPR

O MPR deverá abranger no mínimo os seguintes elementos, na medida em que forem relevantes e sem se restringir a estes:

- Descrever brevemente o Programa e os componentes podendo envolver deslocamentos involuntários de populações;
- Descrever o marco jurídico e normativo (nacional e internacional) em matéria de reassentamento e destacar as diferenças identificadas entre a regulamentação socioambiental local e as normas de proteção do Banco Mundial (NAS 5);
- Apresentar os mapas cadastrais dos imóveis da região contempladas pelas intervenções onde possa existir um eventual reassentamento de população;
- Identificar e diagnosticar as vulnerabilidades e necessidades sexo-específicas das Pessoas Afetadas pelo Programa (PAP) em função dos diversos grupos, do seu perfil sociodemográfico, do seu acesso aos serviços básicos, dos seus meios de subsistência, e daqueles que porventura, venham a sofrer remanejamento físico E/OU econômico, por meio de desapropriação, de reassentamento temporário ou não;
- Embora não esteja previsto no Programa, no caso de existirem reassentamentos temporários ou permanentes, verificar a atualização dos critérios de elegibilidade das pessoas atingidas pelo Programa (PAP), de modo a alinhar o processo de cadastramento/elegibilidade com os padrões da NAS 5 do Banco Mundial;
- Identificar as diretrizes de compensação (critérios de elegibilidade, matriz dos direitos, tabelas de indenização, metodologia de inventário e avaliação dos bens) e as opções de reassentamento temporário/definitivo que poderiam ser oferecidas, a serem validadas com as PAPs;
- Descrever os processos de monitoramento e avaliação (das ações de reassentamento) assim como o marco institucional pretendido pelo MPR;
- Prever um mecanismo de gestão das reclamações individuais, adequado ao contexto local e que inclua: os critérios e condições de recebimento das reclamações, o processo de registro e processamento das reclamações, o acompanhamento e outros recursos cabíveis;
- Levantar a situação das necessidades de capacitação e fortalecimento de capacidades organizacionais e operacionais para a gestão dos reassentamentos, considerando o macro institucional recomendado, e que poderiam ser contempladas por uma assistência técnica;
- Apresentar o orçamento estimado: precisa ser capaz de identificar os itens de custos relacionados com o processo de gestão dos reassentamentos (estudos a serem desenvolvidos, contratações de pessoal e acompanhamento das medidas de reassentamento...)

O MPR poderá remeter ao MGAS para as partes compartilhadas por ambos os documentos (por exemplo, descrição do Programa).